

Vorcaro é levado à PF e cresce chance de fazer delação

André Mendonça autorizou transferência na tarde desta quinta-feira

Valter Campanato/Agência Brasil

Por Beatriz Matos

O avanço das investigações sobre o Banco Master ganhou um novo elemento nesta quinta-feira (19), com a transferência do banqueiro Daniel Vorcaro para a Superintendência da Polícia Federal, em Brasília.

A medida, que atendeu a um pedido da defesa, é vista como estratégica para facilitar conversas e entrevistas com investigadores e integrantes da Procuradoria-Geral da República (PGR), em meio à sinalização de disposição para um acordo de delação premiada.

Com a transferência, Vorcaro deixa a área de segurança máxima do Sistema Penitenciário Federal, na Papuda, onde estava e passa para a Superintendência da PF, o local onde inicialmente ficou preso o ex-presidente Jair Bolsonaro, transferido em janeiro para área do 19o Batalhão da Polícia Militar conhecida como Papudinha.

Vorcaro deverá ficar, então, no que é chamada de sala de Estado Maior, um espaço que serve mesmo de alojamento para policiais em deslocamento, como o que ficou Bolsonaro, com cama, armários, TV, banheiro e ar-condicionado.

STF

A movimentação se soma a outras decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que impactam o rumo das apurações dentro do Congresso Nacional.

Em lados diferentes do caso, os ministros Gilmar Mendes e Flávio Dino atingiram diretamente a atuação de CPIs e colocaram em xeque a condução de medidas consideradas centrais pelos parlamentares.

De um lado, a anulação da quebra de sigilo de um fundo ligado à estrutura financeira investigada. De outro, a cobrança formal de explicações sobre o uso de recursos em emendas parlamentares por parte do presidente da CPMI do INSS, senador Carlos Viana (Pode-mos-MG). No meio disso, um cenário que mistura suspeitas financeiras bilionárias, relações políticas sensíveis e uma disputa aberta sobre até onde o Legislativo pode ir nas investigações.

Sigilo anulado

A primeira frente de tensão veio da decisão do ministro do STF, Gilmar Mendes, que anulou a quebra de sigilo fiscal e bancário do fundo Arleen, aprovada pela



Marcelo Camargo/Agência Brasil

CPI do Crime Organizado. O fundo é peça-chave nas investigações por sua ligação com a Reag — instituição citada no contexto do Banco Master — e por ter participado da aquisição de cotas do Tayayá Resort, empreendimento que já teve participação da família do ministro Dias Toffoli.

Na decisão, o ministro foi direto ao ponto: a quebra de sigilo não pode ser tratada como um ato automático dentro de CPIs. Pelo contrário, trata-se de medida excepcional, que exige fundamentação individualizada e votação específica para cada caso.

Gilmar foi além e apontou que a CPI aprovou o requerimento em bloco, sem análise detalhada — prática que, segundo ele, contraria a Constituição e decisões anteriores do próprio STF. Para o ministro, houve tentativa de contornar uma decisão judicial já existente, o que configuraria uma espécie de “fraude à decisão judicial”.

O despacho determina que órgãos como Banco Central (BC), Receita Federal e Coaf se abstenham imediatamente de compartilhar qualquer dado com base no requerimento anulado, interrompendo, na prática, uma linha relevante de investigação parlamentar.

Conexões

O fundo Arleen aparece em uma teia mais ampla de relações financeiras que ajudam a dimensionar o tamanho do caso. Registros indicam que o fundo, administrado pela Reag, fez aportes milionários em estruturas empresariais ligadas ao Tayayá Resort.

Uma dessas operações envolveu cerca de R\$ 4,3 milhões,



Daniel Vorcaro fica onde inicialmente foi preso Jair Bolsonaro

Gilmar Mendes negou quebra de sigilo aprovada pela CPMI do INSS

utilizados para aquisição de participação no empreendimento. Em outro nível, o mesmo fundo teria investido aproximadamente R\$ 16,3 milhões em empresas relacionadas ao grupo.

Essas movimentações se conectam a um volume ainda maior de operações estruturadas que, segundo relatório do Banco Central enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU), somam R\$ 11,5 bilhões — com indícios de falhas graves em gestão de risco, crédito e liquidez.

O resort, por sua vez, já teve como sócia a empresa Maridt Participações, ligada a irmãos do também ministro do STF, Dias Toffoli. O próprio ministro reconheceu ter sido sócio da empresa, embora tenha afirmado que a venda das cotas ocorreu anos antes de qualquer processo relacionado ao Banco Master chegar ao STF.

Já a defesa de Daniel Vorcaro sustenta que o banco não tem relação com irregularidades, negando envolvimento com fundos ilícitos ou operações fraudulentas.

Emendas

Se a decisão de Gilmar atingiu diretamente a CPI, a de Flávio Dino abriu outra frente sensível, agora envolvendo recursos públicos.

O ministro determinou que o senador Carlos Viana, presidente da CPMI do INSS, explique, em até cinco dias, a destinação de R\$ 3,6 milhões em emendas parlamentares à Fundação Oasis, entidade ligada à Igreja Batista da Lagoinha.

Os repasses foram feitos ao longo de três anos e somam R\$ 3,6 milhões. Em 2019, foram destinados R\$ 1,5 milhão por meio de emenda Pix à Prefeitura de Belo Horizonte, com indicação para a fundação. Já em 2023, o valor chegou a R\$ 1,47 milhão, direcionado à unidade de Capim Branco, na região metropolitana da capital mineira. Em 2025, houve um novo repasse, desta vez de R\$ 650,9 mil, novamente para a mesma estrutura.

Na decisão, Dino cita a necessidade de garantir transparência e rastreabilidade no uso de recursos públicos, conforme parâmetros fixados pelo STF desde 2022. O

despacho também levanta suspeitas de possível desvio de finalidade e conflito de interesses, já que entidades ligadas ao mesmo ecossistema estariam sendo investigadas pela CPMI presidida pelo próprio parlamentar.

Pressão

As decisões ocorrem em um momento de forte desgaste da CPMI do INSS, que se aproxima do fim sem consenso sobre sua prorrogação. Nos bastidores, parlamentares falam em “forças ocultas” atuando para encerrar os trabalhos, enquanto o presidente da comissão, Carlos Viana, insiste na necessidade de continuidade das investigações.

Durante coletiva, o relator Alfredo Gaspar (União-AL) afirmou que a comissão foi “prejudicada” por interferências externas, incluindo decisões judiciais que impediram depoimentos e restringiram o acesso a documentos. Segundo ele, o escopo da investigação — que começou com empréstimos consignados — acabou revelando conexões mais amplas, incluindo possíveis esquemas de lavagem de dinheiro envolvendo o Banco Master.

Ao mesmo tempo, a comissão aprovou convites ao presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e ao ex-presidente da instituição, Roberto Campos Neto, além de solicitar à CPI do Crime Organizado o compartilhamento de dados de Fabiano Zettel, cunhado de Vorcaro.

Emoção no STF

O ambiente no Supremo também tem refletido o peso político crescente do caso. Em sessão nesta quinta-feira (19), o ministro Gilmar Mendes chegou a se emocionar ao elogiar a atuação de Alexandre de Moraes, destacando o papel do colega em momentos críticos recentes, especialmente na condução de processos que envolveram ataques às instituições e a tentativa de ruptura democrática.

A manifestação, porém, não ocorre em um vácuo. Nos bastidores, ela é lida à luz da pressão que o caso Banco Master vem exercendo sobre a Corte. Moraes passou a ser citado em mensagens extraídas do celular do banqueiro Daniel Vorcaro, o que ampliou a sensibilidade em torno do tema dentro do STF. Soma-se a isso o fato de que o escritório de advocacia da esposa do ministro já manteve contrato milionário com o banco — cerca de R\$ 129 milhões —, embora a defesa negue qualquer atuação junto ao Supremo.